



Índice

- 01** [OEA pode cobrar o Brasil por matança entre índios](#)
- 02** [Indígena move ação contra Funasa alegando negligência médica, em RO](#)
- 03** [MPF participa de evento indígena inédito em MS](#)
- 04** [Padre Ton: Governo encoraja a artilharia anti-indígena](#)
- 05** [Exposição na TV Brasil Pantanal destaca o olhar indígena de Adilson Schieffer em homenagem às mães](#)
- 06** [Workshop estabelece ações articuladas entre pesquisadores e indígenas](#)
- 07** ['É meu presente', diz mãe adotiva de menino indígena com Down em MT](#)
- 08** [Concluídas obras da quadra de esportes da Escola Guateka](#)
- 09** [A ex-irmã Gleisi e os índios](#)
- 10** [Indígenas eleitores serão os últimos no registro biométrico](#)
- 11** [Livro procura valorizar o modo de vida dos Tapebas](#)
- 12** [Em decisão inédita na Bahia, Justiça concede posse de 10 territórios rurais a quilombolas](#)



OEA pode cobrar o Brasil por matança entre índios

SÍTIO UOL, 12.05.2013

Não é só a guerra entre ruralistas e índios que preocupa as autoridades. A organização Pro-Vida de Brasília vai denunciar o governo brasileiro à Comissão de Direitos Humanos da OEA, por fazer vistas grossas à matança entre índios em rituais de sete etnias, em especial a Suruwaha, com tribos entre o Amazonas e Rondônia.

Os nativos enterram vivos recém-nascidos que consideram deficientes ou amaldiçoados, espancam idosos até a morte e promovem estupro coletivo com as meninas de 16 anos.

Há mais de um ano está engavetado em comissão da Câmara projeto do deputado Henrique Afonso (PV-AC) que autoriza intervenção de autoridades para salvar vítimas.

O deputado adotou três crianças indígenas deficientes, que seriam mortas nestes rituais. Um vídeo com cenas chocantes circula entre parlamentares, que se solidarizam.

Em Brasília, casa de apoio já acolhe 16 crianças que seriam sacrificadas. O Pro-Vida quer aproveitar a vinda do Papa Francisco para pedir a adesão do Vaticano à causa.



Indígena move ação contra Funasa alegando negligência médica, em RO
SÍTIO GLOBO.COM, 12.05.2013

*Índio lesionou pulso em 2008 na aldeia Saganara, em Guajará-Mirim.
Se for condenada, Funasa deverá pagar indenização ao indígena.*

Alegando negligência médica durante um tratamento de saúde, um indígena da aldeia Sagarana, em Guajará-Mirim (RO) está processando a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) por danos morais. O índio teve o pulso direito lesionado em 2008 e recorreu à Casa Apoio à Saúde Indígena (Casai) para ajuda. No final do mesmo ano, com a permanência das dores, o indígena retornou a Casai onde uma médica prescreveu um encaminhamento para um ortopedista e solicitou a ida do paciente a Porto Velho, porém o indígena não obteve o encaminhamento ao médico especialista. O caso foi encaminhado para a Defensoria Pública da União (DPU) que está representando judicialmente o índio na ação.

O caso aconteceu em junho de 2008, quando um índio da aldeia Sagarana, localizada no distrito de Surpresa, distante do município de Guajará-Mirim 350 quilômetros, machucou o pulso direito ao construir uma canoa. O indígena procurou a Casai onde uma enfermeira o atendeu e deu alta no mesmo dia. O índio retornou para a aldeia ainda com dores e sem poder usar a mão direita.

O indígena retornou a Casai em novembro daquele ano e foi atendido por uma médica que prescreveu um encaminhamento urgente a um ortopedista e solicitou que o índio fosse levado para Porto Velho, no entanto, não houve o encaminhamento do paciente para a capital para que pudesse receber a ajuda necessária do médico especializado.

O índio recorreu ao Ministério Público Federal (MPF) em Rondônia, onde foi instaurado um inquérito civil público para analisar o atendimento ao índio. A Funasa prestou informações ao MPF constando que não houve tratamento de saúde do indígena. De acordo com o MPF, 'em desobediência à prescrição médica, o servidor da Casai encaminhou o indígena para a aldeia, impondo, com isso, obstáculos ao seu adequado tratamento de saúde'.

A situação foi encaminhada para o DPU por se tratar de um assunto individual. O indígena está sendo representado judicialmente pela defensoria em uma ação por danos morais contra a Funasa. Se for constatado que a fundação é culpada no caso deverá pagar uma indenização estabelecida pela Justiça.



MPF participa de evento indígena inédito em MS

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 12.05.2013

Procurador da República fala sobre demarcações de terras indígenas para representantes de 4 etnias, reunidas pela primeira vez em evento

O procurador da República Emerson Kalif Siqueira realizou palestra na Grande Assembleia do Povo Terena, realizada de 8 a 11 de maio na Terra Indígena Buriti, em Dois Irmãos do Buriti (MS). É a primeira vez que representantes das etnias terena, guarani, kaiowá, kadiwéu e kinikinawa se reúnem para discutir temas essenciais aos direitos dos povos indígenas, como questão fundiária, saúde e educação. Além do MPF, participaram do evento o deputado estadual Pedro Kemp, vereadores indígenas, representantes da Funai e Cimi.

O membro do Ministério Público Federal falou sobre a PEC 215, que pretende reformar a Constituição para dar ao Congresso a prerrogativa de decidir sobre a homologação de terras indígenas. Para ele, "os direitos indígenas tornaram-se a moeda de troca do governo com a bancada de apoio no Congresso Nacional". Também falou sobre outro dispositivo jurídico polêmico, a Portaria nº 303 da Advocacia Geral da União, que estabelece diversas mudanças na gestão das terras indígenas. Para o procurador, a portaria fere a Constituição ao retirar a autonomia dos indígenas sobre suas terras "é clara a opção do governo federal para dar voz e vez ao poder do capital".

O deputado Pedro Kemp lamentou o "momento desfavorável" para os indígenas, ao abordar a decisão do governo federal de incluir outros órgãos, como Embrapa, e ministérios, como da Agricultura, na análise da demarcação de terras indígenas. Atualmente, o tema é regido pelo Decreto nº 1775/96, com previsão de que o procedimento demarcatório das terras indígenas é de responsabilidade da Funai desde o nascedouro até a aprovação da identificação territorial, passando em seguida para o Ministério da Justiça e Presidência da República. "Os indígenas estão reivindicando o que é direito constitucional deles", afirmou.

Os indígenas leram um documento em que reafirmam a disposição de lutar pela demarcação de suas terras tradicionais. O texto ressalta que o ideal indígena "está na contramão dos que consideram a terra e seus recursos como produtos de consumo. A mãe terra não pertence aos índios, são eles que pertencem à terra".

O evento, que segue até amanhã, 11 de maio, também teve participação de dois representantes de etnias da Bahia. Os caciques Nailton Pataxó e Babau Tupinambá compartilharam experiências de luta pela retomada de suas terras tradicionais, que foi vitoriosa.

Padre Ton: Governo encoraja a artilharia anti-indígena

SÍTIO O VIOMUNDO, 12.05.2013



Gleisi Hoffmann, candidata ao governo do Paraná

por Padre Ton*

Não causa surpresa à Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas a manifestação da ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, feita para ávidos parlamentares ruralistas, de que haverá mudanças nos procedimentos de demarcação de terras indígenas levadas a termo pela Fundação Nacional do Índio, FUNAI. Mudanças que devem afetar especialmente áreas em estudo e não resolvidas no Sul e Sudeste do país, na mira de enorme pressão econômica, política e demográfica.

Talvez algumas pessoas, movidas pela ingenuidade, acreditem que a presença de ministra que nunca se envolveu em qualquer atividade indígena seja obra de malabarismo político das cercanias da Presidência da República, para esfriar a fervura do agronegócio, contrariado com a goleada de cerca de 300 lideranças que conseguiram no Abril indígena frear a tramitação da PEC 215/2000, que transfere do Executivo para o Legislativo a decisão final sobre demarcação de terra indígena.

Infelizmente, não acredito que se trate disso.

A Frente tem promovido muitas atividades na Câmara e fora dela, com a colaboração valiosa do Conselho Indigenista Missionário, CIMI e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, APIB, a fim de deter o desmonte da legislação indígena, e nunca pode contar com — e sequer teve notícia — o envolvimento da cúpula do Poder Executivo em qualquer debate sobre a questão.

CONT.



É significativo, pois, o fato da ministra sem familiaridade com a pauta indígena ser portadora no último dia 8 de maio da novidade que se pretende apresentar até o final do semestre, cometendo impropriedades que certamente o ministro da Justiça, responsável pela política indigenista, não cometeria.

Com o gesto, o Governo encoraja a artilharia anti-indígena e mostra a cara quando oferece à bancada ruralista o esvaziamento da Funai, dando ao agronegócio a senha para avançar ainda mais contra o cumprimento de preceitos constitucionais de proteção dos direitos das comunidades indígenas sobre terras que tradicionalmente ocupam. Lamentável.

Na coordenação da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas desde 2011, vejo recrudescer a ofensiva na Câmara dos Deputados para amputar o artigo 231 da Constituição Federal, e do lado do Governo a percepção de que a política indigenista se tornou um empecilho para o desenvolvimentismo que se recusa a cumprir a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 2002, prevendo consulta aos povos indígenas sempre que medidas governamentais afetem seu modo de vida.

Primeiro, para se livrar do “estorvo” que a FUNAI tem competência e qualificação incontestável para fazer – demarcação de terras indígenas –, trouxe à baila a Portaria 303, da Advocacia Geral da União, de julho de 2012, suspensa pela pressão dos indígenas de todo o país. Uma portaria é ato administrativo, de obediência circunscrita àqueles que atuam no órgão emissor, mas foi submetida a todos os órgãos jurídicos da administração pública federal direta e indireta, conforme estabelece o artigo 1º.

Na verdade, editada na base do vamos fazer para ver se cola e fica, pavimentou agressão inacreditável sobre avançada e respeitada legislação que admitiu dívida histórica para com nossos originários habitantes. De ilegalidade evidente, a Portaria prevê a suspensão de todos os estudos de demarcação em curso e até mesmo refazer demarcações já homologadas, bem ao gosto da bancada ruralista. Uma precipitação do Governo, pressionado pelo agronegócio, que investe contra as demarcações a fim de levar para o mercado fundiário terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

Como a Portaria 303 não vingou, utiliza-se agora de pretextos obscuros para esvaziar a competência de um órgão a quem incumbe a orientação e a iniciativa administrativa dos processos de demarcação, atribuindo falha nos processos, que por isso necessitam ser instruídos, alega a ministra, mediante a consulta de outros órgãos, como a Embrapa e Ministério da Agricultura.

Ora, o decreto 1.775, de 1996, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas, prevê a manifestação de órgãos públicos e entidades civis sobre a área objeto da identificação em estudo por grupo técnico especializado constituído pela FUNAI para decidir pela demarcação. Mais: os Estados e municípios, conforme o parágrafo 8º do decreto, podem se manifestar desde o início do processo e até 90 dias da publicação do relatório do grupo técnico no Diário Oficial da União.

Seus dispositivos, respaldados não apenas pela caneta do então ministro da Justiça Nelson

CONT.



Jobim mas também pela do ministro da Agricultura José Andrade Vieira, garantem o princípio do contraditório, e em todo o rito da identificação, delimitação e demarcação é possível a manifestação de interessados e afetados, por exemplo produtores rurais e instâncias de atividade fundiária.

Além do mais, para complementar normas contidas no decreto, a Portaria 14, do mesmo ministro da Justiça, detalha critérios para fundamentar o relatório circunstanciado de identificação e delimitação, exigindo rico conjunto de informações sobre os povos indígenas, meio ambiente e levantamento fundiário entre outras.

Pelo exposto, dizer que inexistente consulta a outros órgãos é gritante impropriedade, e talvez a ministra Gleisi acredite, sinceramente, que a Embrapa possa dizer cientificamente quais as áreas devem ser demarcadas.

De suas palavras claro fica a contrariedade com o papel específico e de referência acumulado pelo órgão indigenista: "Delegamos única e exclusivamente à FUNAI a responsabilidade por estudos e demarcação de terras. Nem sempre estabelecemos procedimentos claros e objetivos".

A Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas discorda da intenção de se promover o esvaziamento da FUNAI, legítimo braço da União para cumprir o que determina a Constituição, que neste momento precisa, mais do que nunca, de reconhecimento político, representado pela ampliação de seus quadros, maior dotação orçamentária e instrumentos para indenizar áreas tituladas indevidamente.

*É deputado federal pelo PT-Rondônia, coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas

Exposição na TV Brasil Pantanal destaca o olhar indígena de Adilson Schieffer em homenagem às mães

SÍTIO A TRIBUNA NEWS, 12.05.2013

A abertura da mostra acontece na próxima terça-feira, dia 14 de maio, no Espaço Cultural da TV Brasil Pantanal.

Por meio de pinturas e gravuras, o artista plástico Adilson Schieffer direciona o olhar para as mães, sob a perspectiva indígena, na exposição "Manhé Ser Sublime". A abertura da mostra acontece na próxima terça-feira, dia 14 de maio, no Espaço Cultural da TV Brasil Pantanal. Na oportunidade será feito, também, o lançamento do livro "De Graça?", da jornalista Lucinéia Ramos.



"Esta exposição faz uma referência à iconografia Guaicuru que será representada em 15 novas gravuras e dez telas pintadas que

retratam o cotidiano da mulher em suas mais variadas tarefas e que na maioria das vezes concilia esses afazeres com a responsabilidade de ser mãe, explica Schieffer. Segundo ele, seus trabalhos mantém a mesma linguagem plásticovisual já conhecida pelos sul-mato-grossenses.

Adilson Schieffer é natural de São Manuel, interior de São Paulo e reside em Campo Grande desde 1983. Formado em Arte Educação e com curso na área de Arqueologia, o artista tem uma vasta experiência com materiais alternativos. Foi funcionário da TV Educativa, onde atuou como cenógrafo.

O artista possui obras espalhadas em diversos acervos públicos e particulares. Sua arte já correu mundo através de participações internacionais no Japão, Rússia e Paraguai. Alguns de seus trabalhos também foram adquiridos por apreciadores nos Estados Unidos e França. Schieffer é fundador da Unidade Guaicuru de Cultura.

Lançamento

Durante a abertura da exposição "Manhé Ser Sublime", que acontece no Espaço Cultural da TV Brasil Pantanal, será feito o lançamento do livro "De Graça?", de jornalista Lucinéia Ramos.

Segundo Lucinéia Ramos, trata-se de é um conto literário infantil de 24 páginas. "Ele narra a história de uma criança que dá uma lição de vida numa professora por suas atitudes de solidariedade. O conto é baseado numa história real da coordenadora do Ponto de Cultura Vozes Especiais", comenta a jornalista.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 079 / 2013

Brasília, 13 de maio de 2013.

Serviço

A mostra "Manhé Ser Sublime", em homenagem às mães sul-mato-grossenses, do artista plástico Adilson Schieffer e o lançamento do livro "De Graça?" acontece às 20 horas.

Horário de visitação: 7h30 às 17 horas no Espaço Cultural TV Brasil Pantanal, Parque dos Poderes.



Workshop estabelece ações articuladas entre pesquisadores e indígenas

SÍTIO NOTÍCIAS.MS, 12.05.2013

Campo Grande (MS) - Durante três dias, de 15 a 17 de maio, será realizado o workshop "Etnossustentabilidade de comunidades indígenas Terena: manejo agroecológico e segurança alimentar". O primeiro dia de evento será no miniauditório da Embrapa Agropecuária Oeste. Os outros dois dias serão, respectivamente, em Nioaque e Miranda, MS. A organização e a realização desse evento são de responsabilidade da Embrapa Agropecuária Oeste e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Unidade de Glória de Dourados).

Como é uma pesquisa participativa e o objetivo é envolver as comunidades indígenas, foi organizado este workshop, que faz parte de uma das atividades do projeto aprovado pela Embrapa, em 2012, por meio da carteira de projeto do Macroprograma 6 - instrumento gerencial da Embrapa de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar e à sustentabilidade do Meio Rural.

A intenção do workshop é estabelecer ações articuladas entre a equipe do projeto, composta por vários pesquisadores da Embrapa e de outras instituições de pesquisa, além da Funai e a Agraer, que também são parceiras no projeto. "Neste projeto, estamos expandindo os trabalhos de pesquisas com adubação verde para outras culturas, como feijão comum, feijão-caupi e mandioca. E vamos dar continuidade às pesquisas na cultura do milho. Além disso, estamos acrescentando outras tecnologias poupadoras de insumos, que são gerados dentro das comunidades", explica o pesquisador Fábio Mercante, coordenador do projeto.

Esse projeto aprovado pelo MP6 é a continuidade dos trabalhos de Pesquisa e Desenvolvimento conduzidos pela Embrapa Agropecuária Oeste em comunidades indígenas Terena, desenvolvidos de 2008 a 2011, com financiamento do CNPq. Os trabalhos foram realizados nos municípios de Nioaque e Miranda, com a participação efetiva da comunidade local. Os resultados destas ações resultaram em melhoria na qualidade de vida dos indígenas aldeados, que resultou na continuidade das ações de pesquisa e desenvolvimento.

Programação

15/05 (quarta-feira) - Dourados/MS

8h - Abertura e boas vindas aos participantes

8h15 - Atividades desenvolvidas no projeto CNPq nº 560486/2008-1 (Aldeias indígenas) e resultados obtidos (período 2008-2011)

9h30 - Intervalo

9h45 - Detalhamento do projeto MP6: 06.12.01.008 - "Etnossustentabilidade de comunidades indígenas Terena: manejo agroecológico e segurança alimentar".

- Planos de Ação

- Atividades/Responsáveis e colaboradores

- Orçamento/repasso dos recursos

11h30 - Almoço

13h - Definição do cronograma de atividades

- Arranjos produtivos

- Épocas de avaliação

15h - Estratégia de ação

16h30 - Encerramento

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 079 / 2013

Brasília, 13 de maio de 2013.

16/05 (quinta-feira) - Nioaque/MS

7h - Deslocamento de Dourados para Aldeias no município de Nioaque/MS

9h30 - Reunião Técnica da equipe do projeto com lideranças indígenas das aldeias de Nioaque e adjacências

12h - Almoço

13h30 - Continuação da reunião técnica

15h - Deslocamento de Nioaque para aldeias no município de Miranda/MS

17/05 (sexta-feira) - Miranda/MS

8h30 - Reunião Técnica da equipe do projeto com lideranças indígenas das aldeias de Miranda e adjacências

12h - Almoço

13h - Retorno para Dourados/MS

'É meu presente', diz mãe adotiva de menino indígena com Down em MT
SÍTIO GLOBO.COM, 12.05.2013

*Menino da etnia Cinta Larga escapou da morte e foi adotado por mulher.
Mãe relata que o convívio com o filho especial a tornou mais serena e forte.*



Mãe e filho índio cinta larga adotado em Cuiabá. (Foto: Dhiego Maia/G1)

Uma adoção mudou o rumo de uma família em Cuiabá e de um bebê indígena que estava fadado desde as primeiras horas de vida a ser sacrificado por ter nascido com Síndrome de Down. Quando se lembra do esforço que precisou ter para ser mãe adotiva do pequeno Antônio, hoje com sete anos, a psicopedagoga Beatriz Mello, de 56 anos, diz que faria tudo de novo só para ter a chance de salvar a vida do filho que é da etnia Cinta Larga.

"Foi uma escolha muito forte. Até pela minha formação eu sempre desejei ser mãe de uma criança com down. Eu fiz dar espaço para isso e recebi o meu maior presente, um 'pacotinho especial' que me dá alegria diariamente", diz Mello.

O 'pacotinho especial' de Beatriz vem ao longo dos anos contrariando as previsões médicas mais pessimistas. Além de ser down, Antônio é surdo e, por consequência, não fala e tem respiração limitada devido a um problema pulmonar grave. Há um ano, ele recebeu um implante de um aparelho no ouvido e já começa a reproduzir na fala os sons que ouve. Beatriz contou à reportagem que se emocionou quando observou o filho se esforçando para falar a palavra mamãe.

"Ele falou ma, ma, ma. Foi uma emoção muito grande", recorda.

CONT.

Superação

Os quatro primeiros anos de vida do garoto não foram fáceis. Antônio passava meses internado. Beatriz diz que o esforço, na época, era para mantê-lo vivo. Ela se emociona quando recorda do momento mais difícil quando pensou que Antônio não sobreviveria a mais um período no hospital. Em Maceió, a capital de Alagoas, o rim e o fígado de Antônio entraram em colapso.



Antônio vive com a mãe adotiva em Cuiabá. (Foto: Dhiego Maia/G1)

"Eu disse bem próxima ao ouvido dele que se ele tivesse que nos deixar, a passagem dele seria iluminada. Mas que se ele quisesse ficar com a gente, ele receberia muito amor", afirma.

Antônio saiu do coma e, um mês depois, deixou o hospital. "Ele optou pela vida sempre sorrindo, com bom humor. Meu filho é um guerreiro", completa Beatriz.

Mãe de outras três filhas, a psicopedagoga conheceu a história do bebê que se tornaria o filho caçula dela por meio de uma reportagem exibida em 2005 pela TV Centro América, afiliada da Rede Globo em Mato Grosso. À época, Antônio estava debilitado e precisava fazer uma cirurgia. Ele era o 12º filho de um casal de índios que vivia em uma aldeia localizada na zona rural de Aripuanã, cidade distante a 976 quilômetros de Cuiabá.

"Eu disse bem próxima ao ouvido dele que se ele tivesse que nos deixar, a passagem dele seria iluminada. Mas que se ele quisesse ficar com a gente, ele receberia muito amor", afirma.

Antônio saiu do coma e, um mês depois, deixou o hospital. "Ele optou pela vida sempre sorrindo, com bom humor. Meu filho é um guerreiro", completa Beatriz.

Mãe de outras três filhas, a psicopedagoga conheceu a história do bebê que se tornaria o filho caçula dela por meio de uma reportagem exibida em 2005 pela TV Centro América, afiliada da Rede Globo em Mato Grosso. À época, Antônio estava debilitado e precisava fazer uma cirurgia. Ele era o 12º filho de um casal de índios que vivia em uma aldeia localizada na zona rural de Aripuanã, cidade distante a 976 quilômetros de Cuiabá.

A mãe biológica do garoto temendo que o filho pudesse ser sacrificado por conta da deficiência contrariou a tradição e entregou o menino para a Fundação Nacional do Índio (Funai). "Essa

CONT.

mulher foi muito corajosa porque ela sabia que se ele ficasse por lá não sobreviveria até pelas condições da aldeia que não tinha nem energia elétrica”, revela Beatriz.

Da chegada de Antônio a Cuiabá para o primeiro tratamento médico até obter a guarda provisória dele foram dois meses de espera, conta Beatriz. Ele foi levado para a casa dela ainda debilitado e recebendo cuidados em uma ‘homecare’. A guarda definitiva só foi expedida quatro anos depois.

Da convivência com o filho especial, diz Beatriz, ela aprendeu a ser mais serena e forte. “O meu crescimento como pessoa é incrível. Eu sempre achei que faltava em mim o dom da paciência. Depois do Antônio me tornei mais tolerante e serena. Os valores que a gente têm na vida mudam, não tem jeito. Acasos acontecem por conta de um acaso ainda maior”, revela.

Antônio ainda continua cercado de cuidados por ter uma saúde frágil. Ele faz fisioterapia respiratória duas vezes por dia e ainda está aprendendo a se comunicar com o auxílio de uma fonoaudióloga. A meta de Beatriz é tornar o filho o mais independente possível.

Cinta Larga

Os índios da etnia Cinta Larga estão espalhados em aldeias pelos estados de Mato Grosso e Rondônia. Dados da Funai apontam que a etnia possui 1.757 integrantes. A comitiva do Marechal Cândido Rondon foi a primeira a fazer contato com os Cinta Larga, em 1915. A intensa pressão econômica na região em que está inserida por conta da atividade garimpeira fez a população da etnia reduzir consideravelmente ao longo dos anos.



Menino era o 12º filho de um casal indígena na cidade de Aripuanã. (Foto: Dhiego Maia/G1)

Concluídas obras da quadra de esportes da Escola Guateka

SÍTIO JORNAL AGORA MS, 12.05.2013

Escola também será ampliada para oferecer ensino profissionalizante

Estão concluídas as obras de construção da quadra de esportes da Escola Estadual "Guateka" Marçal de Souza, na Reserva Indígena de Dourados. As obras começaram em novembro do ano passado, onde foram investidos R\$ 302.015,89 em recursos garantidos por meio de parceria entre o deputado federal Geraldo Resende (PMDB) e o Governo do Estado, junto ao Ministério da Educação. A inauguração deverá acontecer nos próximos dias.



Quadra da Escola Guateka já foi entregue pela empresa construtora ao governo do Estado - Divulgação

Na avaliação de Geraldo Resende a nova quadra vai representar um novo espaço para

a prática de esportes dentro do processo educacional, além de ser uma opção a mais de lazer, entretenimento e convívio, contribuindo para a minimização de problemas sociais como consumo de álcool e drogas.

"Atualmente, diversas modalidades esportivas estão sendo realizadas de forma improvisada. Não há um local próprio para os alunos, que muitas vezes são obrigados a usar quadras de outras escolas, devido à falta de estrutura. Com a quadra Escola vai ganhar um salto de qualidade, coroando uma luta em favor da educação dentro da Reserva Indígena de Dourados", afirma o parlamentar.

Ampliação

Está em andamento o processo licitatório para a ampliação da Escola Estadual de Ensino Médio Intercultural Guateka – Marçal de Souza, situada na Aldeia Jaguapiru, dentro da Reserva Indígena de Dourados. Serão construídos cinco laboratórios científicos, uma biblioteca, dois laboratórios tecnológicos e um refeitório.

A ampliação será executada com recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), como resultado de articulações de Geraldo Resende e da secretária estadual de Educação Nilene Badeca, somando investimentos da ordem de R\$ 722 mil.

A medida complementa outras ações dos governos federal e estadual na mesma escola, entre elas a reforma total, inaugurada em novembro de 2009, substituindo a casa de pau a pique

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 079 / 2013

Brasília, 13 de maio de 2013.

que existia anteriormente, bem como a construção de uma quadra coberta, que está em andamento.

Para Geraldo Resende, que articulou a reconstrução da Escola Guateka, a implantação da quadra e agora a ampliação que vai possibilitar a implantação de ensino profissionalizante, todas essas conquistas têm o objetivo de propiciar melhores condições de vida à população indígena, que a seu ver, tem os mesmos anseios e direitos que a população não índia.



A ex-irmã Gleisi e os índios

SÍTIO D24AM, 12.05.2013

Desta forma, Gleise Hoffman, atropelando o Ministério da Justiça, engrossou a campanha orquestrada recentemente em todo o território nacional pelo agronegócio

Quero ser freira – ela disse. Já havia até escolhido a Congregação: a das Irmãs Franciscanas Bernardinas, com sede no Rio Grande do Sul. Isso foi em 1979, quando tinha 14 aninhos e vivia em Vila Lindóia, bairro de Curitiba. O pai Júlio, apavorado, breiou o ingresso da filha no convento. Não fosse isso, a Pastoral Indígena contaria hoje com a militância da irmã Gleisi, que teria acumulado experiências e conhecimentos capazes de conferir legitimidade ao discurso sobre problemas relacionados aos índios.

Mas ela renunciou à sua vocação e, agora, sepultou definitivamente os ossos daquela freira natimorta que simpatizava com a teoria da libertação, que depois, já no PCdoB, militou no movimento estudantil, que foi presidente da União Metropolitana dos Estudantes de Curitiba e que aderiu ao PT. Pariu, em seu lugar, alguém que, embora desconheça por completo os problemas indígenas, pontificou nesta semana sobre o tema como se fosse refinada especialista. O corpo é o mesmo da ex-quase-futura freira, mas outra é a alma que traiu os princípios pelo qual lutou no passado.

A alma é da ministra da Casa Civil, Gleisi Helena Hoffmann, que não resistiu às pressões dos ruralistas na sessão de quarta-feira da Comissão de Agricultura da Câmara. Durante mais de seis horas, eles atacaram a Funai e exigiram a suspensão dos processos de demarcação de terras indígenas. Ao invés de defender o governo federal, ao qual pertence, ela afinou seu discurso com os ruralistas, aderiu a eles, anunciou que vai alterar as regras de demarcação e encaminhou ao Ministério da Justiça pedido para que no Paraná – seu reduto político – nenhuma terra indígena seja identificada, delimitada ou demarcada.

Desta forma, Gleise Hoffman, atropelando o Ministério da Justiça, engrossou a campanha orquestrada recentemente em todo o território nacional pelo agronegócio, que de um lado, no Congresso Nacional, busca atentar contra os direitos constitucionais dos povos indígenas e, de outro, açula a população, atizando e incitando a opinião pública contra os índios.

Desta ofensiva radical faz parte a tentativa de instalar uma CPI da Funai proposta pelo deputado Moreira Mendes (PSD-RO, vixe, vixe) com o objetivo de questionar os critérios usados nas demarcações. Criaram um Movimento Contra a Demarcação da Terra Guarani de Morro dos Cavalos (SC) que fez camisetas com a inscrição “CPI da Funai Já!”. Reuniram mais de mil empresários, alguns domingos, outros afifes, que aos gritos de “Demarcação, não. Sim à produção”, interromperam com vaia o discurso da presidente Dilma em Campo Grande (MS).

O objetivo é criar pânico em determinados setores da população, semeando desinformação para retirar a simpatia com a qual parte da opinião pública vê os índios, como vem ocorrendo

CONT.



em Santa Catarina, onde o agronegócio continua divulgando que se a reivindicação dos índios em Morro dos Cavalos for acatada, entre 5.000 a 10.000 guarani virão do Uruguai, Paraguai e Argentina “para ocupar terras do Brasil”. Eles apelam para o terrorismo midiático:

– “Quanto vale a sua propriedade? Sua liberdade? O seu sonho? A água pura que você bebe? A mata o meio ambiente que o cerca? O marisco que você cria? Você vai ficar omissa e perder tudo isso?” – diz o panfleto anônimo que circulou na região, provocando ódio e hostilidade contra as comunidades indígenas.

Digamos que isso não é nenhuma novidade, pois esses cretinos agem assim desde Pedro Álvares Cabral. O novo, aqui, é o fato de eles receberem, agora, apoio da ministra da Casa Civil e de outros setores do governo federal que, por lei, devem defender a Constituição vigente, cujo artigo 231 obriga a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. O mais estarecedor é que o Partido dos Trabalhadores, no poder, empreste seu nome para tal empreitada.

– Não podemos negar que há grupos que usam os nomes dos índios e são apegados a crenças irrealistas, que levam a contestar e tentar impedir obras essenciais ao desenvolvimento do país, como é o caso da hidrelétrica de Belo Monte”, denunciou a ex-quase-futura freira, Gleisi Hoffmann, sem dizer que grupos são esses e porque são irrealistas suas crenças.

– De que adianta votar num programa do PT, que pretende defender os desvalidos, os deserdados, os lascados, de que adianta eleger a Dilma se quem acaba governando são os ruralistas e o agronegócio? Por que alguém com a biografia de luta da ex-quase-freira aceita fazer esse jogo político sujo, puxando o saco de ruralistas?

– Ela age com interesse eleitoral. Interrompe a demarcação para fazer a vontade dos fazendeiros que vão financiar sua campanha, afirma documento da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul, lembrando que Gleisi Hoffmann é a provável candidata ao governo do Estado do Paraná, em 2014, e que quando se candidatou ao Senado, em 2010, recebeu R\$ 390 mil de empresas ligadas ao agronegócio.

Atenção, paranaenses sensíveis e solidários com aqueles cujas terras vem sendo saqueadas e expropriadas há cinco séculos! Quem financia as campanhas eleitorais são eles. Mas quem vota somos nós. Não esqueçam disso em 2014. Gulegulê.

Indígenas eleitores serão os últimos no registro biométrico

SÍTIO DM24AM, 12.05.2013

O AM será o último do Norte a iniciar o registro biométrico de índios eleitores.



Manaus - Os 35.170 eleitores amazonenses votantes em áreas indígenas serão os últimos a passar pelo cadastramento biométrico realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM), sob determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Com aproximadamente 135,8 mil indígenas - a maior população indígena do Brasil -, o Amazonas será o último Estado do Norte a iniciar o cadastramento biométrico desses eleitores.

Em Boa Vista, por exemplo, os eleitores indígenas foram os primeiros a ser cadastrados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR). O cadastramento biométrico na área indígena iniciou no dia 30 de março e deve seguir até o mês de junho.

A assessoria de comunicação do TRE-AM informou que serão cadastrados os eleitores dos municípios de Presidente Figueiredo, Itacoatiara, Rio Preto da Eva, Careiro da Várzea, Iranduba, Novo Airão e Manacapuru, e a previsão é que os demais eleitores do Estado sejam cadastrados até 2018.

Há, aproximadamente, 1,5 mil indígenas da etnia Waimiri-atroari residentes no município de Presidente Figueiredo, mas, de acordo com o TRE, eles não estão cadastrados na Justiça Eleitoral.

Eleitores

A assessoria de comunicação esclareceu que os 35.170 votantes em áreas indígenas não fazem referência apenas a indígenas, mas também a outras pessoas que votam nas mesmas seções eleitorais.

CONT.



Segundo o TRE, há eleitores cadastrados em 63 locais de votação indígenas em 14 municípios do Amazonas. O município com o maior número de votantes em áreas indígenas é São Gabriel da Cachoeira, com 12,8 mil eleitores cadastrados; seguido de Tabatinga com 5.988 eleitores e Benjamin Constant com 4.605 votantes em áreas indígenas. Como ainda não há um cronograma do TRE para todos os municípios do Estado, o recadastramento biométrico dos indígenas não tem previsão para ocorrer.

Segundo o Artigo 16 da Resolução 21.538/2003 do TSE, os indígenas alfabetizados devem se inscrever como eleitores, mas não estão sujeitos ao pagamento de multa, caso deixem de votar nos pleitos.

O Artigo 16 da Constituição Federal torna obrigatório o alistamento e voto de todos os brasileiros, facultando o voto aos jovens com idades entre 16 e 18 anos incompletos e pessoas com mais de 70 anos.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) em Manaus informou que o órgão não tinha informações precisas em relação ao número de indígenas votantes.

População de índios no AM é de 135,8 mil

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Região Norte conta com 264,8 mil indígenas.

Deste total, 135,8 mil são residentes em 160 terras indígenas no Amazonas.

As terras indígenas são localizadas na capital e em outros 19 dos 62 municípios do Estado. Segundo o IBGE, as etnias mais populosas são a Évare I, localizada no município de Tonantins, as do Alto Rio Negro e os Yanomami, residentes em Barcelos, São Gabriel da Cachoeira, Japurá e Santa Isabel do Rio Negro.

Entre as demais etnias residentes no Amazonas, estão ainda as do Vale do Rio Javari, nos municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutai e São Paulo de Olivença; de Trombeta/Mapuera em Nhamundá; Waimiri-Atroariem Novo Airão e Presidente Figueiredo; e as do Médio Rio Negro I, em Japurá, São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro.

Direito Civil

1 O Estatuto do Índio estabelece que os indígenas são reconhecidos em três categorias: isolados, em vias de integração e os reconhecidos com pleno direito civil.

2 Os indígenas não integrados estão sujeitos ao regime tutelar da União e não são obrigados a votar. Eles podem requerer a 'liberação' do regime e adquirir plenitude da capacidade civil.

3 Para pedir a liberação é necessário ter 21 anos, ser alfabetizado e ter compreensão dos usos e costumes da comunhão nacional.



Livro procura valorizar o modo de vida dos Tapebas

SÍTIO DIÁRIO DO NORDESTE, 11.05.2013

Mostrar e incentivar a valorização do modo de vida da comunidade indígena. Com essa intenção, o Projeto Tribo das Águas lançou, ontem, um livro cujo foco é abordar a questão das águas no território Tapeba.

"O Projeto Tribo das Águas: cuidando da água e dos ambientes aquáticos Tapeba" trata da conservação das águas e dos ecossistemas aquáticos no território indígena localizado em Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

Em cerca de 100 páginas, o leitor faz uma viagem a uma cultura pouco explorada. São fotos, artes e depoimentos que retratam a história de pessoas que lutam pela consciência maior em relação ao meio ambiente.

Cotidiano

A coordenadora geral do evento, Silvia Barbosa, afirma que o livro retrata, também, a importância da água para o cotidiano dos Tapebas. "Além de contar as ações do projeto, o livro mostra de uma maneira didática a vida dos indígenas e a forte ligação entre esse povo e a natureza". Para ela, a publicação é fundamental porque divulga o modo de vida e os valores de uma comunidade tão importante para a história do Ceará.

Em decisão inédita na Bahia, Justiça concede posse de 10 territórios rurais a quilombolas

SÍTIO BAHIANOTÍCIAS, 10.05.2013



A Justiça Federal concederá posse ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária na Bahia (Incra-BA) de 10 imóveis rurais que compõem o Território Quilombola Nova Batalhinha, localizado em Bom Jesus da Lapa, no Vale do São Francisco. O ato oficial de concessão ocorre na segunda-feira (13), no próprio território quilombola, às 11h. A data coincide com os 125 anos de abolição da escravidão. A decisão judicial possibilitará, pela primeira vez no estado, a titulação comunitária de um território quilombola por desapropriação de imóveis rurais. O ato beneficia as 29 famílias remanescentes de escravos que vivem nos 7,473 mil hectares de terras do Nova Batalhinha. No total, o Incra gastou R\$ 155 mil em indenizações aos proprietários dos 10 imóveis rurais inseridos no território que totalizam 792,7 hectares. O restante do espaço é composto pelo assentamento Pitombeira, criado em 2004, e por áreas da União, próximas ao Rio São Francisco. A Superintendência do Patrimônio da União (SPU) é a responsável por demarcar as áreas federais para titulação em favor da comunidade quilombola.